

Secretaria de Inspeção do Trabalho

Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

Coordenação-Geral de Normatização e Programas

ATA DE REUNIÃO DO GRUPO TRIPARTITE TEMÁTICO DA NR-24

19ª Reunião Ordinária

Data: 26 e 27 de setembro de 2017

Local: Nova Central Sindical – Sala de Reuniões

PRESENTES:

Bancada de Governo

MTb: Rafael Gigue, Silvio Carlos Andrade da Silva.

FUNDACENTRO: Swylmar dos Santos Ferreira

Bancada de Trabalhadores

Juscelino Medeiros

Bancada de Empregadores

CNA: Paulo Rogério de Araújo

CNC: Luis Sérgio Soares Mamari

CNI: José Luiz Pedro de Barros e Reinaldo Damacena

CNT: Danielle Silva Bernardes e Marcos Bicalho

1 A 19ª Reunião do Grupo de Trabalho Tripartite - GTT da NR-24 iniciou-se às 13:30 horas do
2 dia 26 de setembro de 2017. O representante do Ministério do Trabalho, Silvio Carlos
3 Andrade e Silva, assumiu a coordenação dos trabalhos da reunião. Inicialmente, como não
4 houve disponibilidade de recursos audiovisuais, passou-se a leitura das atas das 17ª e 18ª
5 reuniões, sendo aprovadas e assinadas pelos participantes. Devido à falta de material a
6 comissão mudou o local de reunião e passamos ao auditório da Nova Central Sindical.
7 Reiniciado os trabalhos foi informado que o anexo III desta Norma Regulamentadora foi
8 aprovado pelas três bancadas da subcomissão por consenso. Foi informado, também, que
9 em relação ao anexo IV (transporte rodoviário de longa distância) não foi possível o exame
10 do conteúdo, ficando prejudicado a sua análise e aprovação neste momento. Foi procedida a
11 correção do título do anexo III, em conformidade com o que está na norma. A seguir passou-
12 se a discussão sobre itens específicos com problema redacionais que criariam possibilidade
13 de má interpretação.

14 Em função da preocupação da bancada empresarial em esclarecer que o que está sendo
15 discutido na NR24, não se aplica ao setor da construção, regulamentada pela NR-18, ajustou-
16 se o item 24.1.3 para “Nos casos em que houver regulamentação específica ou Norma
17 Regulamentadora – NR setorial estabelecendo condições mínimas regulamentadas por esta
18 NR prevalecerá a regulamentação específica ou a NR setorial.” A bancada dos empregadores
19 solicitou a inserção de um subitem em que introduziam o conceito de que as instalações
20 temporárias fiquem de fora da abrangência da NR-24, e as omissões nas normas específicas,
21 não deveria ser aplicada ao texto geral da NR-24.

22 Ao item 24.2.3, a expressão “trabalhadores” foi trocada por “usuários”, já que todos aqueles
23 que trabalham em um mesmo ambiente sejam próprios ou terceiros, são usuários das
24 instalações.

25 O item 24.3.2 alínea “d” teve a redação alterada para: “dispor de suporte para sabonete e
26 para toalha”. A Bancada de governo propôs alteração do 24.3.4.1, pois não estava definido a
27 quantidade de chuveiros poderiam estar sem água quente, porém após discussões optou-se
28 por manter texto como está. A bancada dos empregadores sugere que seja definida, no
29 glossário, que guarita não é edificação e sim parte da edificação (cuja definição ao final dos
30 trabalhos acabou não sendo discutida). O item 24.3.6.1 teve inversão de palavras para não
31 provocar interpretação duvidosa, ficando com a seguinte redação: “Em edificações
32 administrativas e/ou comerciais com diversos estabelecimentos, a exigência de chuveiros
33 poderá ser atendida coletivamente por grupo de empregadores”.

Da mesma forma o item 24.4.4.1 sofreu a mesma correção acima, ficando da seguinte maneira: "nas empresas desobrigadas de manter vestiário, deve ser garantido o fornecimento de escaninho, gaveta com tranca ou similar que permita a guarda individual de pertences pessoais dos trabalhadores". Assim como a alínea "b" do item 24.4.2, que passou a ter a seguinte redação: "ter dimensionamento mínimo usando a seguinte fórmula: área do vestiário por usuário = $1,6 - (\text{nº de usuários} / 1000)$, até o limite de 850 usuários, a partir dos quais deve ser utilizada a área de 0,75m² por usuário, observado o disposto no item 24.1.2". Às 16:30 horas a pedido do representante dos trabalhadores, a reunião foi encerrada por necessidade de se ausentar para cumprir outro compromisso previamente agendado.

No dia 27 de setembro, os trabalhos foram retomados a partir do item 24.4.3.1, com a adição da expressão "salvo o disposto no item 24.4.4" ao final do texto do item, para manter a referência. Ao 24.4.4 foi acrescida a expressão "na ausência, por profissional da área de segurança e saúde...", passando a ter o texto a seguinte redação: "24.4.4. As dimensões de armários simples e/ou duplos poderão ser alteradas mediante justificativa do SESMT ou, na ausência, por profissional da área de segurança e saúde e aprovada em consulta ao conjunto dos trabalhadores do estabelecimento, levando em consideração as necessidades da atividade laboral, os usos e costumes regionais e as demandas laborais dos trabalhadores". Ao item 24.4.5 houve acréscimo para se ter alternativa para a guarda de roupa própria (comum) do trabalhador, passando a ter a redação de: "Ficam dispensadas de disponibilizar dois armários de um compartimento ou armários duplos as empresas que promovam a higienização diária de vestimentas, assegurada a disponibilização de um armário simples para guarda de roupa comum". Substituído na alínea "e" do item 24.4.6 o verbo "assegurar" por "resguardar". No item 24.4.7.1 foi acrescentado ao final "não devendo ser consideradas para o cálculo da alínea "b" do item 24.4.2".

Ao item 24.5.1.1 foi inserida a expressão "em grupo" e invertendo a sequência final para "alimentação e repouso", como sequência lógica, passando texto do item a ter a seguinte redação: "É permitida a divisão dos usuários do turno, em grupos para a tomada de refeições, a fim de organizar o fluxo para o conforto dos usuários do refeitório, garantido o intervalo para alimentação e repouso". Nas alíneas do item 24.5.3: "b" e "c" foram corrigidas referências dos itens citados, a saber: b) de 24.4.1.1 para 24.5.1.1 e de c) 24.5.2.1 para 24.2.7.1; além disso, as alíneas "f" e "o" eram idênticas: f) possuir condições de conservação, higiene e aquecimento das refeições; o) a empresa deve garantir condições de conservação, higiene e aquecimento das refeições em local próximo ao destinado às refeições - sendo deliberada a retirada da alínea "o" e o texto dela transportado para a alínea "f"; e

68 finalmente acrescentado à alínea “j”, ao final do texto, a complementação “salvo em
69 ambientes climatizados artificialmente”.

70 Ao item 24.6.2 em suas alíneas foram alteradas a ordem das palavras para melhorar o
71 sentido gramatical de: “h - possuir suficiente aeração, devendo ser melhorada a ventilação
72 através de exaustores ou coifas, quando necessário” por “h - possuir suficiente ventilação,
73 devendo ser melhorada quando necessária através de exaustores ou coifas”; e “k) possuir
74 pias ou equipamentos específicos para lavagem dos utensílios e caixa de gordura,
75 compatíveis com a demanda” por “k) possuir pias com caixa de gordura ou equipamentos
76 específicos para a lavagem dos utensílios compatíveis com a demanda”. Promovida a
77 alteração do item 6.3, admitindo que em várias empresas o serviço de alimentação pode ser
78 terceirizado, ficando com a seguinte redação: “Os trabalhadores que laboram na cozinha
79 devem utilizar vestimentas de trabalho higienizadas diariamente pela empresa responsável
80 pelo serviço de alimentação, assim como máscaras e toucas”.

81 Ao item 24.7.1 foi alterada a expressão “moradia temporária” para “hospedagem
82 temporária”. No item 24.7.2 foi retirada a palavra “eficaz”, da alínea “b” e as alíneas “e” e
83 “g” foram retiradas por se tratar de aspecto de Norma de Acessibilidade esta já está
84 contemplada nas disposições gerais de todos os ambientes previstos nesta norma, mais
85 especificamente no item 24.11.1 alínea “j”, e conseqüentemente reidentificadas as alíneas.
86 No item 24.7.2.1: ao texto da alínea “e” foi acrescentada “salvo nos casos em que os
87 ambientes sejam climatizados”; ao texto da alínea “j” foi acrescentada ao final deste “em
88 ambos os casos incluídas a área de circulação e armário”; e ao texto da alínea “l” foi
89 acrescentada ao final deste “observado o disposto no item 24.11.1.1”. No item 24.7.7 a
90 palavra “ofertar” foi substituída por “ser ofertado”.

91 No item 24.8.1 a palavra “refrigerada” foi substituída por “fresca”, bem como no item 24.8.2
92 trocado “trabalhadores” por “usuários” e acrescido ao final do texto “observado o disposto
93 no item 24.1.2”. Renumerou-se os subitens 24.8.2.2 para 24.8.2.1 e 24.8.2.3 para 24.8.2.2.
94 No subitem 24.8.3.2 a palavra “exame” foi substituída por “análise”, e alterando a
95 concordância de gênero, ficando o texto assim consensado: “Devem ser realizadas,
96 periodicamente, análise de potabilidade de água para verificação de sua qualidade”. Com
97 relação ao subitem 24.8.3.3 para não causar erros de interpretação foi substituída a palavra
98 “filtros” por “elementos filtrantes”, que seria a vela já que o termo filtro também pode ser
99 confundido com o conjunto de barro em dois compartimentos para filtragem e

armazenamento de água de consumo. Em relação aos uniformes de trabalho, na alínea “c” do subitem 24.9.3 foi introduzido o termo “maquiagem”.

Já nas disposições gerais foram procedidas as seguintes alterações: no subitem 24.11.2 a expressão “o serviço de limpeza” foi substituída por “a atividade de limpeza”. No subitem 24.11.4.1 a palavra “prováveis” foi substituída por “possíveis”. Como está previsto na norma a associação condominial de empresas num mesmo prédio e tendo este um sistema coletivo de climatização por torre de água, “Fan Coil”, etc., consensou-se que o item 24.11.5, deverá ter um subitem prevendo esta situação, cujo teor é: “24.11.5.1. Nos casos de administrações condominiais a responsabilidade pelo PMOC é da administradora, cabendo a empresa exigir da administração a sua implantação e manutenção”. O item 24.11.6 foi corrigido pela introdução da palavra “menos” para dar sentido ao texto como... pelo menos uma delas... Alterado o texto do item 24.11.9 definindo a finalidade da rota alternativa com a introdução final de “de circulação e fuga”. No item 24.11.10 retirou-se “ambientes de refeição” por representar um contrassenso não só ao subitem imediatamente abaixo como aos subitens do item 24.5. Intervalo para almoço.

Retomados os trabalhos à tarde passou-se a discutir os anexos da NR 24. Inicialmente no anexo I – o item 3.1 cujo texto foi acrescido da expressão “conservação” ficando como: “a administração central disponibilizará meios para conservação e o aquecimento da alimentação trazida pelos trabalhadores”. E o item 4.1 teve retirado a expressão “de outras”, para abranger todos: próprios ou terceiros. No anexo II a única correção foi relativa ao item 1.1 que teve acréscimo com a definição de quais não são as atividades externas envolvidas neste anexo, ficando o texto assim definido: “Considera-se trabalho externo todo aquele realizado fora do estabelecimento do empregador cuja execução se dará no estabelecimento do cliente ou em logradouro público, excetuando-se as atividades relacionadas à construção, leitoristas, vendedores, entregadores, carteiros e similares e o transporte rodoviários urbano de passageiros regulamentado em anexo desta norma”. Procedeu-se em seguida ao estabelecimento de critérios de entrada em vigor dos itens do anexo III que consensado ficaram os itens 1.3.1, 1.3.3, 2.1, e 2.1.2 com proposta de prazo enquanto os demais são de aplicação imediata. Passou-se a discutir o glossário, ficando este com apenas seis definições: Adaptação razoável; Desenho Universal; Guarita (não definida em reunião); Roupas pessoais do trabalhador; Uniforme temático; e Usuário (-trabalhador), porque as demais ou estavam no próprio texto ou em definições consagradas na literatura técnica. As disposições transitórias foram fechadas com três itens relativos à: projetos em execução antes da data

de publicação da norma; projetos construídos ou reformados após a data da publicação deverão cumprir a Norma; e uma ressalva para edificações tecnicamente inviáveis.

A bancada dos empregadores solicitou às demais bancadas uma abertura para que fosse discutida uma regulamentação suplementar relativa a vestiário e guarda de roupas comuns dos trabalhadores, que seria a destinação de um espaço físico de guarda de roupas e outros pertences do trabalhadores, não sujeitos a condições insalubres ou de sujeidade, em “bags” guardadas sob a responsabilidade de um segurança patrimonial - uma espécie de chapelaria, onde o trabalhador dirige-se ao vestiário, efetua a troca de roupas e as embala na “bag” que é entregue ao guarda-volumes que as acomoda neste ambiente, que só ele tem acesso. A proposta foi rejeitada pelas duas bancadas.

Passou-se a discutir as proposições de prazos para cada item de norma com prazo estabelecido e os itens de aplicação em reforma. A bancada dos empregadores solicitou já para os itens de instalações sanitárias a entrada em vigor somente após 48º mês de publicação da norma e para transporte urbano 60 meses. A bancada de governo e a de trabalhadores discordaram, pois entendiam que os prazos seriam de no máximo nove meses (+ 3 meses legais) perfazendo um ano. Estabeleceu-se o impasse, sendo acionada a chefia da CGNOR para orientação da coordenação e da bancada. Conseguiu-se mais uma derradeira reunião no dia 17 de outubro, no Rio de Janeiro. Deu-se por encerrada a reunião às 17 horas.

Assinam a ata:

Danielle Silva Bernardes _____

José Luiz Pedro de Barros _____

Juscelino Medeiros _____

Luis Sérgio Soares Mamari _____

Marcos Bicalho dos Santos _____

Paulo Rogério de Araújo _____

Rafael Gieger _____

Reinaldo Felisberto Damascena _____

Silvio Carlos Andrade da Silva _____

Swylmar dos Santos Ferreira _____